

OCEANOS



FORTALEZAS da Expansão Portuguesa

NÚMERO 28 - OUTUBRO/DEZEMBRO 1996

✉ Miguel Faria

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesuz Christo de mil settecentos e settenta e seis annos, aos vinte dias do corrente mez de Junho, vindo o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a este lugar, situado na margem Oriental ou direita do rio Guaporé, desta Capitania, em distancia de mil braças pouco mais ou menos da antiga Fortaleza da Conceição; o qual logar tinha sido escolhido e aprovado pelo mesmo Senhor depois de

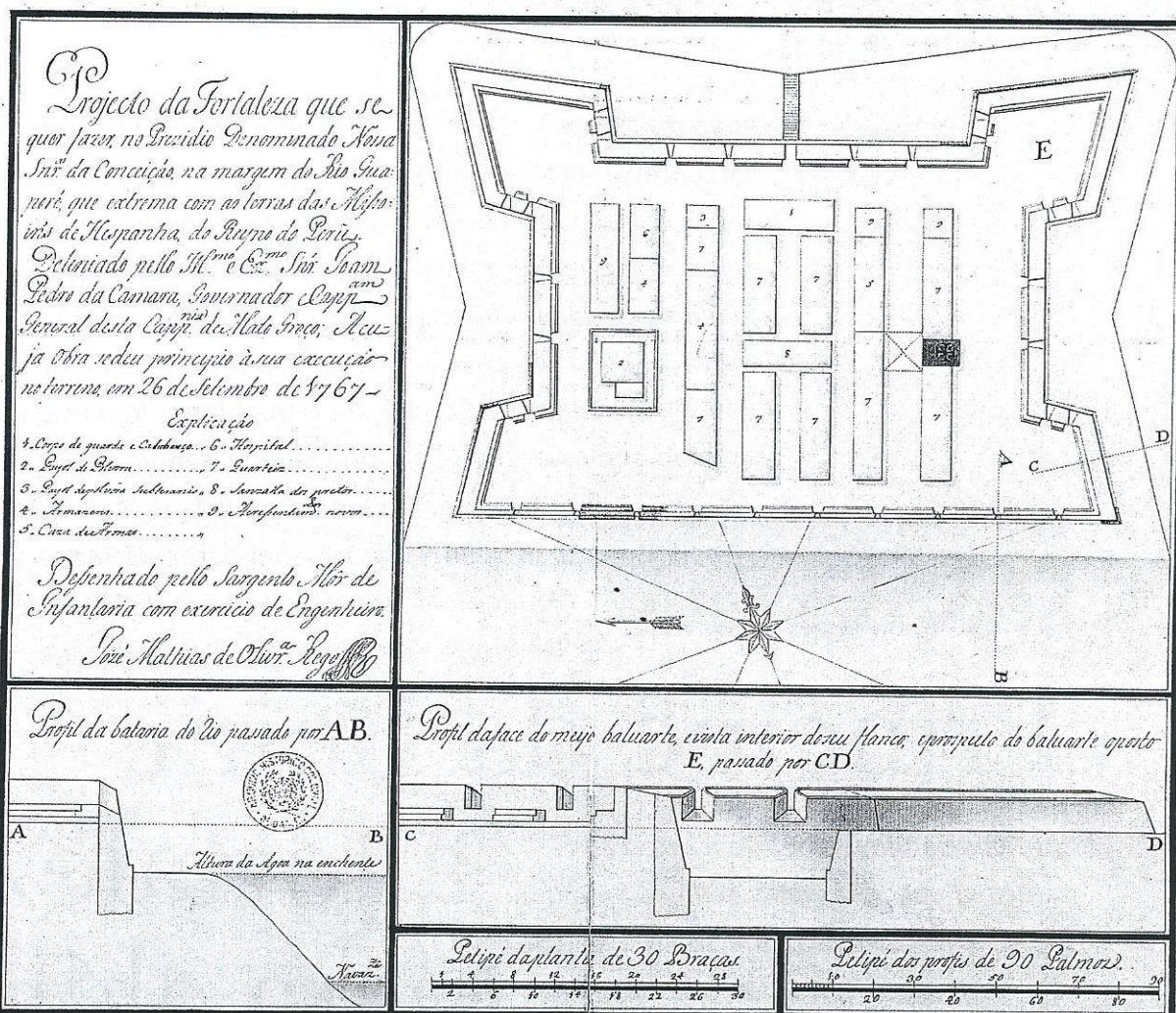
Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governador e Capitão General desta Capitania do Mato Grosso manda levantar na Margem Oriental ou Direita do Rio Guaporé a denominada Real Forte do Principe da Beira.

circunspectamente o reconhecer ouvindo a varios engenheiros com particularidade ao Ajudante de Infantaria com o dicto exercicio Domingos Sambuceti, a quem pela, sua

Príncipe da Beira: a fortaleza para além dos limites

intiligencia tem cometido a direcção principal das obras para nelle se fundar a outra nova Fortaleza, que Sua Magestade Ordenou, assim por estar livre das mayores excrecias do dicto Rio, como porque o terreno he naturalmente o mais sólido e o mais acomodado em todos os sentidos que podia dezejar-se; ahi por

Sua Excellencia foi pessoalmente lançada a primeira Pedra nos Alicerces...» («Auto de Fundação e de declaração de dia em que se dá principio e lança a primeira pedra na nova fortaleza que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello e Pereira Cáceres Governador e Capitão General desta Cappitania de Mato Grosso manda levantar na margem oriental ou direita do rio Guaporé, denominando-a Real Forte do Principe da Beyra», Arquivo Histórico Ultramarino, Mato Grosso, Cx. 17, Doc. 10)



A área geográfica a que se refere o presente artigo, a capitania de Mato Grosso, constituía, à data em que foi estabelecida (1748), um território de imediata importância estratégica nas questões fronteiriças, confinando com as províncias espanholas de Moxos, Chiquitos e Assumpção do Paraguai.

Fora intencionalmente criada para «cobrir e servir de barreira ao interior do importantíssimo Estado do Brasil, como também pelas ricas minas que em si encerra», como nos recorda o respectivo Capitão General, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, na sua correspondência oficial já no final do século XVIII¹.

A construção do Forte do Príncipe da Beira constituiu, neste contexto, um dos momentos nucleares concretizadores dessa política territorial, pedra de fecho da linha fronteiriça da referida capitania, culminando toda uma estratégia que domina o período cronológico que medeia os tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777).

Um tempo, não por acaso, coincidente com a ascensão e queda de Pombal e que inclui momentos cruciais da História do Brasil, como o da expulsão dos jesuítas, para além das medidas resultantes do articulado dos citados tratados.

Analisemos sumariamente os aspectos fundamentais da ocupação dessa vasta capitania.

A ocupação de Mato Grosso: estratégias e protagonistas

É conhecida a forma como foi, inicialmente, feito o povoamento de Mato Grosso, segundo a dinâmica das *bandeiras* exploratórias do gentio e das riquezas mineiras.

O «descoberto» de zonas de garimpo motivava uma rápida corrida ao ouro, deslocando populações e escravos que construíam de forma espontânea os seus povoados, os «arraiais», num esquema predominantemente improvisado e irregular.

A constante circulação de notícias de outros «descobertos» originava novas migrações, tornando parte substancial destas populações de difícil fixação. Esta realidade era contrária à estratégia da Coroa portuguesa que, para além das receitas relativas à tributação do ouro, precisava de estruturar um sistema de controlo dessa produção e, sobretudo, estabilizar uma barreira populacional demarcadora da fronteira com os domínios castelhanos.

Muitos são os exemplos das iniciativas régias tomadas para enraizar essas populações e reformular os seus primitivos «arraiais», típicos das capitanias mineiras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

¹ «Projecto da Fortaleza que se quer fazer, no presidio denominado Nossa Sra. da

A conquista desse vasto sertão deve ser entendida na heterogeneidade convergente desses esforços — dos particulares e dos poderes públicos — embora se deva admitir uma participação crescente do Estado português, sobretudo a partir da consolidação da filosofia administrativa de Pombal no Brasil.

A acção dos *bandeirantes* na ocupação de Mato Grosso, tão valorizada pela historiografia nacionalista brasileira, não deve fazer esquecer a importância da política pombalina, de que foram principais intérpretes um renovado escol de capitães generais², entre os quais se inclui Luís de Albuquerque de Melo Pereira Caceres, 4.º Governador da capitania de Mato Grosso³.

Sob esse esforço estratégico enquadrador, definido em Lisboa, assiste-se à passagem de uma ocupação accidental para uma presença planeada, com testemunhos elucidativos, nomeadamente no contraste entre os primitivos centros urbanos mineiros da colonização bandeirante e o planeamento regular das novas fundações promovidas pela administração ultramarina pombalina. Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade são exemplos paradigmáticos que representam esses dois modelos de desenvolvimento que se sucederam na ocupação de Mato Grosso.

A reinstalação de povoações indígenas, para as quais se faziam «fábricas regulares», inscrevia-se também nas preocupações correntes do Governo da Capitania⁴.

Pombal apostava forte no povoamento das zonas fronteiriças. Consciente das limitações demográficas impostas pelos condicionamentos geográficos, outorgava o final do cativeiro do gentio e estimulava os casamentos entre ameríndios e europeus, como forma de captar a adesão das tribos locais à causa luso-brasileira.

Nessa disputa pelas populações não existiam grandes alternativas e nela se enraíza a questão do confronto do Estado português com os religiosos da Companhia de Jesus, de que se conhece o desfecho. A fixação dessas tribos tornara-se uma questão estratégica, como garante do equilíbrio demográfico face às províncias vizinhas hispano-americanas.

Luís de Albuquerque, quando foi nomeado Capitão General de Mato Grosso, recebera as habituais *instruções* que lhe foram transmitidas por Martinho de Mello e Castro a partir das cartas de ofício enviadas por Pombal aos seus antecessores.

Formava essa compilação «o sistema fundamental» do «*Governo Político, Militar e Civil de toda a América Portuguesa, aplicado a cada uma das capitanias daquelle continente, segundo a situação e circunstâncias de cada uma dellas*»⁵.

As referidas *instruções*, datadas de 13 de Agosto de 1771, punham a tónica na vigilância sobre os vizinhos castelhanos, no bom relacionamento com o gentio, procurando criar condições para a fixação desses povos nos domínios da Coroa Portuguesa.

O crescimento demográfico era assumido como objectivo estratégico fundamental. Luís de Albuquerque deveria garantir «*todas as providências, que podem mais eficazmente contribuir para o aumento da população, e por consequência da deffensa da Capitania de Mato Grosso*». Para um mais efectivo controle sobre esta evolução deveria o novo Capitão-General enviar anualmente a Lisboa um mapa estatístico contendo, entre outras informações, o número de habitantes, respectiva idade e sexo, e outros dados relevantes.

Recomendava-se, igualmente, a promoção e animação do comércio com as províncias hispano-americanas vizinhas e, sobretudo, entre as capitanias do Mato Grosso e do Pará «*conservando sempre livre a navegação dos rios, estabelecendo uma regular correspondência com o governador e capitão general da referida capitania do Pará, em que lhe comunique as suas ideias e notícias de tudo o que disser respeito ao dito commercio, extensão e progresso delle, como também a segurança e maior facilidade da navegação dos mesmos rios*»⁶.

O domínio das comunicações fluviais⁷ constituía um segundo objectivo estratégico, implicando um melhor conhecimento da hidrografia brasileira — dos rios e dos seus acidentes naturais, nomeadamente as chamadas «cachoeiras» — e a criação de um sistema de fortificações que permitissem a circulação e defendessem as suas margens.

A questão militar, nas suas múltiplas vertentes, constituía um terceiro tema abordado nas *instruções* envolvendo aspectos como a construção e conservação de fortalezas, constituição das respectivas guarnições, organização de rondas de vigilância atentas aos movimentos das forças hispano-americanas, etc..

Em adenda a estas directrizes, Luís de Albuquerque receberia novas ordens, datadas de 30 de Setembro de 1772⁸, onde se projectava o estabelecimento de duas feitorias da Companhia do Pará na Capitania do Mato Grosso. O Governador deveria, juntamente com os dois engenheiros destacados em missão, proceder ao reconhecimento e selecção dos respectivos locais.

A questão das fortificações mereceria um novo desenvolvimento. Em primeiro lugar deveria Luís de Albuquerque examinar o estado em que se encontrava a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, situada na margem oriental do Rio Guaporé, local previamente escolhido por Lisboa para sede de uma das referidas feitorias. Depois deste levantamento, Luís de Albuquerque prosseguiria segundo as novas instruções a sua missão:

«*Da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, descerá V. Senhoria pelo rio até chegar ao sítio das cachoeiras, e na duodécima cachoeira, contando da parte do Pará, que fica defronte das fozes dos rios Beny e Enim, mandará V. Senhoria examinar no lado oriental da referida cachoeira, o lugar mais próprio para a construção de uma fortaleza*».

Do exame realizado à primeira se chegaria rapidamente à conclusão de que seria necessária uma nova construção que, em homenagem ao herdeiro da coroa, se viria a chamar Real Forte Príncipe da Beira.

Todas estas medidas convergiam numa necessidade: a de garantir uma efectiva ocupação do território como argumento de persuasão para as negociações diplomáticas desenvolvidas para estabelecer os limites fronteiriços. Depois de quase três séculos de avaliações imprecisas sobre as verdadeiras dimensões desse sertão desconhecido, as frentes de colonização finalmente encontravam-se. Os levantamentos cartográficos promovidos pela engenharia militar de ambos os lados ganhavam rigor e as disputas circunscreviam-se a aspectos cada vez mais objectivos.

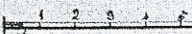
A região de Mato Grosso estava incluída nesse espaço aberto ainda por demarcar. Luís de Albuquerque e Cáceres foi o Governador da referida capitania, entre 1772 a 1789, e durante o seu consulado contribuiu significativamente para a consolidação da presença portuguesa naquela extensa área fronteiriça.

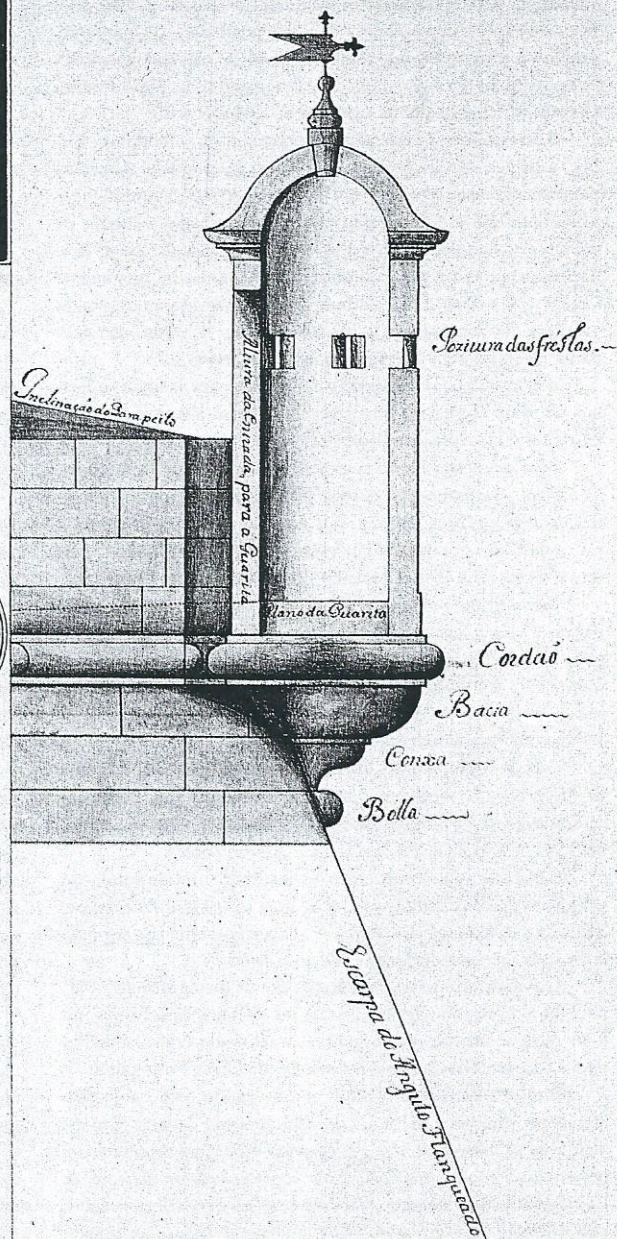
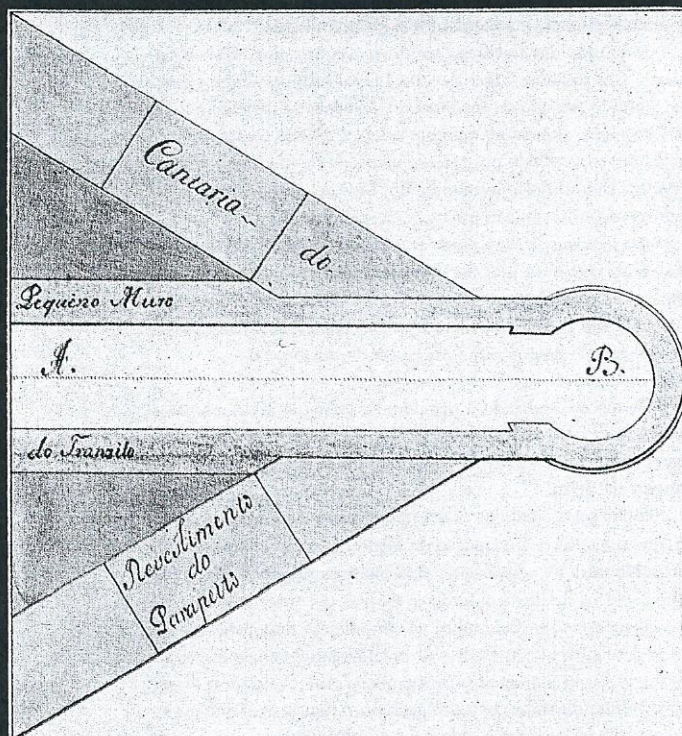
Num dos trabalhos clássicos sobre a Cartografia Brasileira resume-se a primeira fase do Governo de Luís de Albuquerque, retendo o fundamental sobre as suas explorações, realizadas entre 1772 e 1777, que «firmaram a posição de Portugal no ocidente de Mato Grosso, no noroeste do rio Guaporé e nas margens ocidentais do rio Paraguai, sendo os atos mais característicos dessa fase a construção do Forte Príncipe da Beira e a fundação de Nova Coimbra, além do lançamento das bases de duas novas povoações, Vizeu e Albuquerque»⁹. Haveria a acrescentar outros registos e fundações na assumida tarefa estratégia da construção de uma marca defensiva junto da fronteira. Recordemos, por exemplo, Santa Maria do Paraguai¹⁰ (1778) e Cazalvasco¹¹ (1785).

Eis enunciados os principais pontos em disputa na região: ocidente de Mato Grosso, noroeste do rio Guaporé e margens ocidentais do rio Paraguai, como logo o provaria o articulado do tratado de Santo Ildefonso.

Planta, e Perfil.

Da Guarita do Baluarte, de Nossa Senhora da Conceição, elevado sobre o plano do Cordão, e Cortado Diametralmente pella Capital A.B.

De  *Quilómetros*  *Salmoes*



Alinhamento da Sapata

Em documento já anteriormente referido¹², descrevia-se a situação militar na Capitania em 1798, localizando os doze destacamentos existentes instalados, respectivamente, no Paragoai Diamantino, Vila do Cuiabá, Registo do Jauru, Palmela, Forte do Príncipe da Beira, Guarajuz, Cazalvasco, Vila Maria de Paragoai, Registo da Ínsua, povoação de Albuquerque, Presídio de Nova Coimbra e Presídio de Miranda. Grande parte desta estrutura foi criada nos dezasseis anos de comando de Luís de Albuquerque e Cáceres.

Na documentação consultada detectámos um punhado de engenheiros militares que se empregaram nestas tarefas como José Matias de Oliveira Rego, Marcelino Roiz Camponês, Salvador Franco da Mota, Domingos Sambuceti, Joaquim José Ferreira, Ricardo Franco de Almeida e Serra, entre outros.

Da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição ao Forte Príncipe da Beira: a acção de Luís de Albuquerque na linha da frente.

De todo o aparato militar da Capitania, uma zona sensível localizada na margem oriental do rio Guaporé mereceu, desde cedo, uma atenção especial. Aí se construiriam, sucessivamente, duas fortalezas, a de Nossa Senhora da Conceição (depois das alterações dos topónimos chamada forte de Bragança)¹³ e a do Príncipe da Beira. A primeira seria planeada por Oliveira Rego, a segunda pelo genovês Domingos Sambuceti.

As suas histórias articulam-se estreitamente. Seria o malogro da primeira que conduziria ao nascimento da segunda. Será por isso forçoso, para que melhor possamos entender todo o processo da construção do Forte Príncipe da Beira, que recuemos um pouco no tempo até à fase do abandono da fortaleza de Bragança. Façamos, com os dados disponíveis, a breve crónica destas fortificações.

Em carta datada de 11 de Fevereiro de 1765 o então recém nomeado Governador de Mato Grosso, João Pedro da Câmara, dirigindo-se a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês do Pombal e Governador do Grão-Pará e Maranhão, transmitia a notícia do começo da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição:

«Logo que cheguei ao Destacamento de N. S^a da Conceição, que foi a 23 de Novembro do anno proximo passado, communiquei a Meu Antecessor a Ordem de Sua Magestade, participada por V.Ex.^a para se fazer a Fortaleza no mesmo Destacamento. Depois de assentarmos no sitio mais proprio, e na forma della, immediatamente se expedirão as Ordens, ao Sargento Mor Engenheiro para fazer o risco, e aos officiaes da Fazenda para mandar ajuntar os materiaes necessários. A falta de hum delles, que he a Cal fez parecer ao principio impossivel a execução deste projecto; e para ver se se descobria pedra, de que se fizesse, fiz examinar inutilmente todas as montanhas destes contornos. Porem, como me afirma o Mestre, que hum certo barro, de que ha abundância, faz igual effeito, sendo as paredes, fabricadas com elle, tão fortes, e seguras como as de pedra, e Cal, fica remediada esta difficuldade. A de Pedreiros, havendo tão poucos na Capitania, não causou tão bem pequeno embaraço; mas espero que seha de vencer; para o que mandei ajuntar todos os desta Villa: alguns já partirão, e outros estão promptos a partirem na primeira occasião».

O engenheiro a que se refere o Governador João Pedro da Câmara era Oliveira Rego. No Arquivo Histórico Ultramarino encontra-se uma planta com a sua chancela e a seguinte legenda: «Projecto da Fortaleza que se quer fazer no Prezidio denominado Nossa Senhora da Conceição, na margem do Rio Guaporé que extrema com as terras das Missoens de Hespanha do Reyno do Perú. Deleniado pelo Illmo. e Exmo. Senhor Joam Pedro da Camara, Governador e Capitam General desta Capitania de Mato Grosso; A cuja obra se deu principio à sua execução no terreno em

26 de Setembro de 1767. Desenhado pello Sargento-Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro José Mathias de Oliveira Rego»¹⁴.

As dificuldades enunciadas eram as habituais. A falta de materiais (em especial a cal) e de mão-de-obra perduraria ao longo da construção¹⁵, que seria concluída em Fevereiro de 1766¹⁶, pouco mais de um ano após o inicio dos trabalhos.

Polémica no Sertão

Cinco anos depois a fortificação encontrava-se muito danificada, não resistindo às chuvas e às cheias do rio Guaporé. Foi aberto um auto para se apurarem as causas e respectivas responsabilidades da ruína a que chegara a Fortaleza já, então, chamada de Bragança. O comandante do destacamento manda chamar à sua presença o mestre pedreiro que «debaixo da inspecção do Engenheiro José Matias de Oliveira»¹⁷ dirigira as obras do forte, solicitando-lhe uma vistoria à construção.

Colocou-lhe, então, um conjunto de questões: as razões das ruínas eram consequência dos alicerces ou da má qualidade do terreno em que se achavam fundadas? qual a qualidade dos materiais utilizados na construção? encontrar-se-ia a fortaleza mal implantada, sujeita às cheias anuais do rio? haveria esperança no restauro do forte?

Antes de obtida qualquer resposta, o comandante ordenava que se procurasse desde logo um terreno apropriado para novo estabelecimento, sugerindo um reconhecimento do sítio de Santa Rosa.

A 22 de Maio de 1771 é apresentado o «Auto do Exame e vistoria ocular que se fez na Fortaleza de Bragança fundada sobre a margem oriental do Rio Guaporé na capitania do Mato Grosso».

O relator principal era o mestre pedreiro José Gonçalves Gago, administrador da referida obra, «debaixo do risco inspecção e ordens do sargento-Mor Engenheiro José Mathias de Oliveira Rego»¹⁸.

O relatório apresentado apontava, em síntese, que a fortaleza se encontrava arruinada, estando oito pedaços de muralha já caídos. As causas principais daquela situação radicavam na má escolha do terreno, baixo e sem defesa das inundações do Guaporé, e na natureza dos materiais (pedra e barro) pouco resistentes às águas. Quanto à possibilidade de restauro a resposta é clara: a fortaleza não poderia ser reparada solidamente. No texto do relatório aprovava-se, também, o sítio da «Rosa Velha» para a nova construção, local que tinha a vantagem suplementar de se encontrar a um quarto de légua de uma pedreira.

A questão sobe posteriormente ao Governador da Capitania, Luís Pinto de Sousa, que reporta para Lisboa a Martinho de Mello e Castro em carta datada de 28 de Fevereiro de 1772.

O Governador informa que havia solicitado os pareceres «dos dous engenheiros que ultimamente chegaram a esta Capitania do Estado do Pará». Referia-se a José Matias de Oliveira Rego e ao Ajudante Domingos Sambuceti. Pinto de Sousa justificava a sua opção deixando transparecer uma opinião pouco favorável sobre Oliveira Rego:

«Não me pareceo conveniente ouvir neste particular unicamente ao Sargento-mor José Mathias que dirigio aquela obra, por poder parecer suspeito; e nem mesmo julguey indispensavel conservalo aqui mais tempo, tanto por me parecer igualmente abil o Ajudante que o acompanhou e de genio menos difficil; como por se lhe ter acabado o tempo restricto do seu provimento sem mais dependência alguma deste Governo».

O governador concluía, sustentado nos dois pareceres, que a principal causa das ruínas do Forte Bragança se deveriam ao terreno onde se encontrava fundado, absolutamente «improporcio-

¹⁴ «Auto de Fundação e de declaração de dia em que se dá principio e Lança a primeira pedra na nova Fortaleza que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General desta Capitania de Mato Grosso...

Auto de Fundação e de declaração de
dia em que sedá principio e Lança a primeira Pedra na no-
va Fortaleza que o Ilustrissimo e Excellentissimo Senhor
Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Governa-
dor e Cappitão General desta Capitania de Mato Grosso
manda Levantar na Margem Oriental ou Directa do
Rio Guaporé de nominando-a = Real Forte do Prin-
cepe da Beira



*Anno do Nascimento de Nosso Senhor Je-
sus christo de mil e Sette centos e Settenta e seis annos aos vinte dias
do Corrente Mez de Junho, vindo o Ilustrissimo e Excellentissimo =
Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a este Lugar
Situado na Margem Oriental, ou Directa do Rio Guaporé desta Ca-
pitania em distancia de Mil Bracas, pouco mais ou menos da an-
tiga Fortaleza da Conceição, o qual Lugar tinha sido escolhido, e a-
provado pelo mesmo Senhor, depois de circunspectamente o reconhecer
ouvindo a varios Engenheiros, com particularidade ao Ajudante de
Infantaria com o dicto Exercicio Domingos Sambucete, aquem pela
sua intiligencia tem cometido a direcção principal das Obras para
nelle se fundar a outra nova Fortaleza que Sua Magestade ordenou
assim por estar Livre das mayores excrecencias do dicto Rio; como
porque o terreno, he naturalmente, o mais sólido, e o mais a Comodado
em todos os Sentidos que podia dezejar-se; ahi por Sua Excellencia
foi Pessoalmente Lancada a primeira Pedra nos Micerres depois de
selhe gravar a inscripção seguinte.*

Josepho I.^o



nado para qualquer género de fortificação», cuja escolha «não poderia eximir das culpas ao sobredito José Mathias».

Matias Oliveira Rego defende-se no seu parecer, afirmando ter avisado o Governador e o seu antecessor, no momento da construção da fortificação, da inaptidão do terreno para a obra, opinião que reafirma, à letra, em alguns passos do relatório, caracterizando-o como sendo de «areia manteiga, que qualquer pequena porção de agoa o penetra» e, mais claro ainda, defende que «nao he capaz de nelle prezistir semelhante obra, nem qualquer outra que de novo se queira fazer»¹⁹.

O parecer de Sambuceti²⁰, por seu turno, dá-nos uma completa e detalhada panorâmica sobre os erros praticados no Forte Bragança, pelo que não resistimos a transcrever-lo, não só pelas informações específicas relativas a esta polémica travada nos confins do sertão, mas também pelo que as considerações revelam das metodologias inerentes aos trabalhos destes profissionais, onde sobressaem os reconhecimentos do terreno, os estudos topográficos e hidrográficos, a análise dos materiais, os cálculos poliorcéticos e pirobalísticos, enfim, um rol de estudos prévios que deveriam ser efectuados *in loco* antes de se avançar com qualquer projecto de fortificação. Eis o testemunho de Sambuceti:

«Foi V.Ex.^a servido ordenarme examinasse o terreno, a situação o estado presente do Forte de Bragança, afim de dizer o meu parecer sobre a sua persistencia, duração que promette, e defeza de que he capaz o dito Forte.

Achasse o Forte Bragança sobre terreno ariente, alagadiço, e com um dos quatro lados sobre a margem do rio Guaporé, totalmente exposto ao impacto das suas agoas que nas maiores excrescencias quasi chegam às canhoneiras. He revestido de uma muralha, que sendo formada de um

petrificado muito imperfecto, e obrado com barro sem mistura de cal, mal pode a dita muralha sofrer o peso e impeto das terras, que sendo da sua natureza arientas, são totalmente filtradas pales agoas das chuvas, que trespasam a dita parede; e lavando barro, e a parte térrea do mesmo petrificado, de necessidade deve aquele padecer ruína; como a experiência na porção de muralha que já cahio, e que por mandado de V.Ex.^a se acabou de reedificar.

A metade do lanço de parede que forma o lado exposto ao rio, já se acha afastado das terras ameaçando ruína que julgo venha a ter na presente cheia.

Pela má qualidade, e pelo fundamento que tem o revestimento, firmado sobre terreno ariente, alagadiço, e em parte exposto à corrente do Guaporé, se pode formar juízo da sua pouca duração; ainda que pelas ruínas que já tem padecido, e pelo estado em que se acha a dita Fortificação, bem se vê que somente poderá subsistir com uma continuada despesa da Real Fazenda.

Em quanto à defeza devo dizer a V.Ex.^a, que sendo uma das maiores vantagens de qualquer fortificação no ser situada sobre a borda do mar, ou de algum grande rio, porque por essa parte não pode ser atacada regularmente: não goza o Forte de Bragança desta vantagem, ainda que construído na margem de um rio considerável: porque justamente o situarão em parte, adonde o rio estreita em tal maneira, que fica inteiramente não só exposto às baterias do inimigo, mas ainda debaixo do tiro de mosquete. E como todo o reparo sobre o rio consiste em um simples parapeito de tres palmos de fosso, facilmente pode ficar abatido de qualquer bateria, que no proprio terreno fronteira queira levantar o inimigo, e com a mesma razar todo o interior da Fortaleza, que fica exposto à mesma mosquetaria. E neste julgo ser o principal defeito muito prejudicial à defeza do dito Forte».

Concluindo o seu relatório, Sambuceti pronuncia-se igualmente sobre a questão da escolha do terreno para a nova fortificação, reprovando a hipótese de Santa Rosa e apresentando uma solução alternativa:

«Em execução da mesma ordem de V.Ex.^a fui examinar um terreno em que já subsistiu a aldeia de Santa Rosa, que fica distante do Forte Bragança, seguindo a mesma margem do rio abaixo, mais ou menos uma legoa; e nelle não achei capacidade alguma ou vantagem para se fortificar. Examinei o terreno que fica em distancia quasi meia legoa do Forte, rio acima, adonde estão estabelecidos alguns moradores com suas plantações: e na verdade devo dizer a V.Ex.^a que este he o terreno que tem vantagens, e capacidade de se fortificar, o dito terreno he plano, levantado sobre as maiores excrescencias do Guaporé ao menos quatorze palmos: a sua grandeza he suficiente, sendo o seu menor lado, que oferece sobre a margem do Rio, maior de 150 braças; e em parte adonde o rio tem bastante largura para o dito lado não ser exposto às baterias do inimigo: e he terreno enchuto, que a poucos palmos de terra tem pissarra: e na consideração do referido, e mais vantagens que nelle observei, julgo que o dito terreno he ottimo, e tem toda a capacidade local para nelle se executar qualquer projecto de fortificação, que não exceda porém a área de um quadrado regular de 150 braças de lado.

He tudo que devo representar á Pessoa de V.Ex.^a Villabella aos 19 de Janeiro de 1772. O Ajudante Engenheiro Domingos Sambuceti.»²¹

Nesse mesmo ano de 1772 procedia-se à mudança de Governador na Capitania do Mato Grosso, iniciando-se o período de mando de Luís da Albuquerque e Cáceres.

Num dos seus primeiros relatórios enviado para Martinho Mello e Castro — mas cujo verdadeiro destinatário era o Marquês de Pombal — refere-se, ainda, à situação do Forte de Bragança e à necessidade da construção de nova fortificação. Das suas palavras depreende-se que teria sido superiormente aceite a escolha do terreno proposta por Sambuceti:

«Esta fortaleza foy fundada em hum terreno condenado aos embates do Rio; que nele se não pode edificar obra segura, e sustentada, que sobre a

¹⁹ «Luis d'Albuq. de Mello Pra. e Cáceres, do Concelho de Sua Magestade Fidelissima Fidalgo desta Real Caza Governador e Capitão General do Mato Grosso nomeado

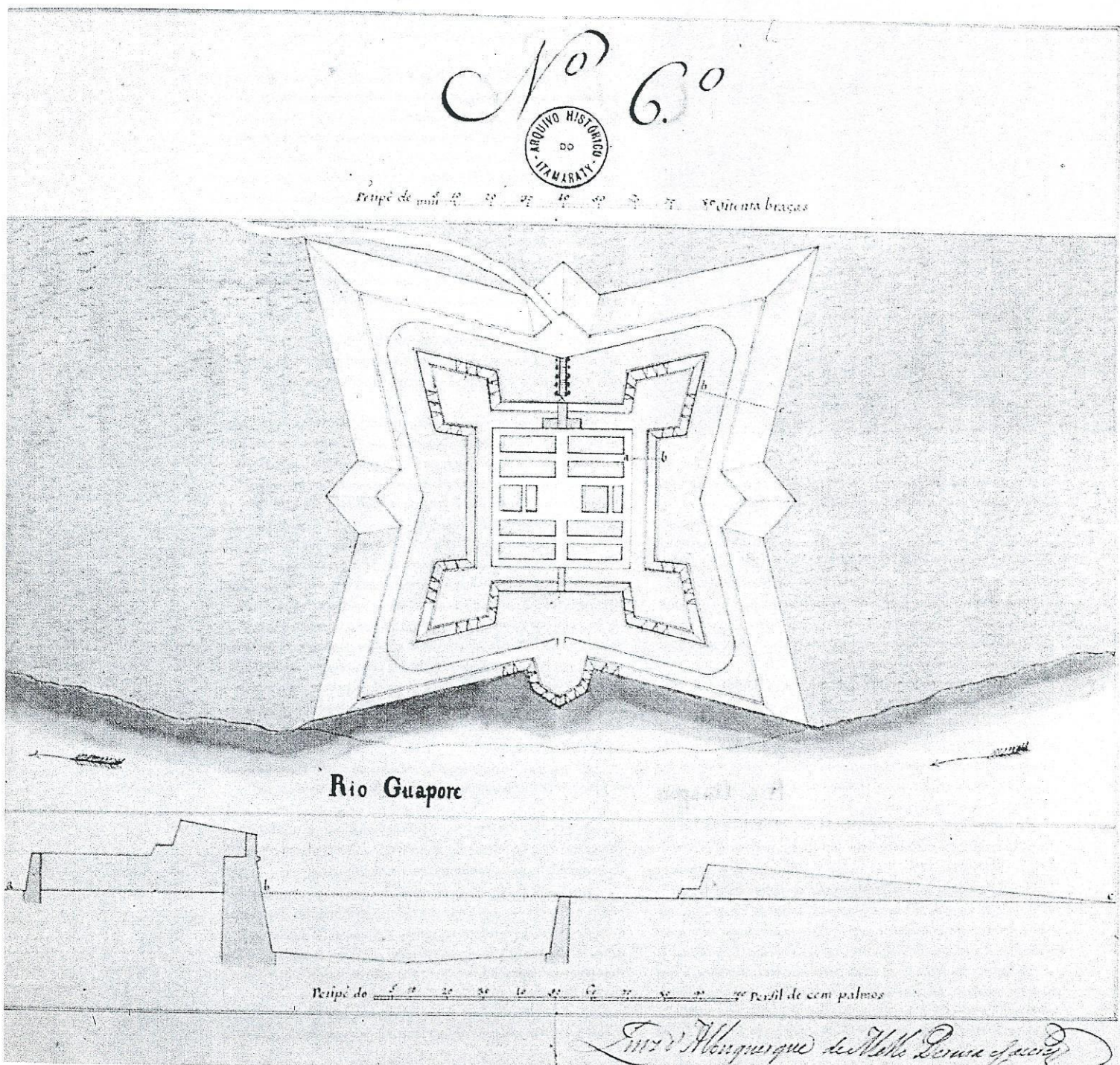
mesma margem hum quarto de legoa com pouca diferença mais asima se acha outro terreno solido, siguro, dominante, e de nenhuma parte dominado, no qual se deve por isso principiar logo a edificação d'outra fortaleza com q. nos devemos sigurar; conservando-se no entre tanto a que hoje existe athe que a outra se ache no Estado de se mudar para ela a Artilharia e a Guarnição Militar, ficando a prezente reduzida a Aldea de Lavradores com algumas tendas miudas para o trafico com os indios vezinhos.»²²

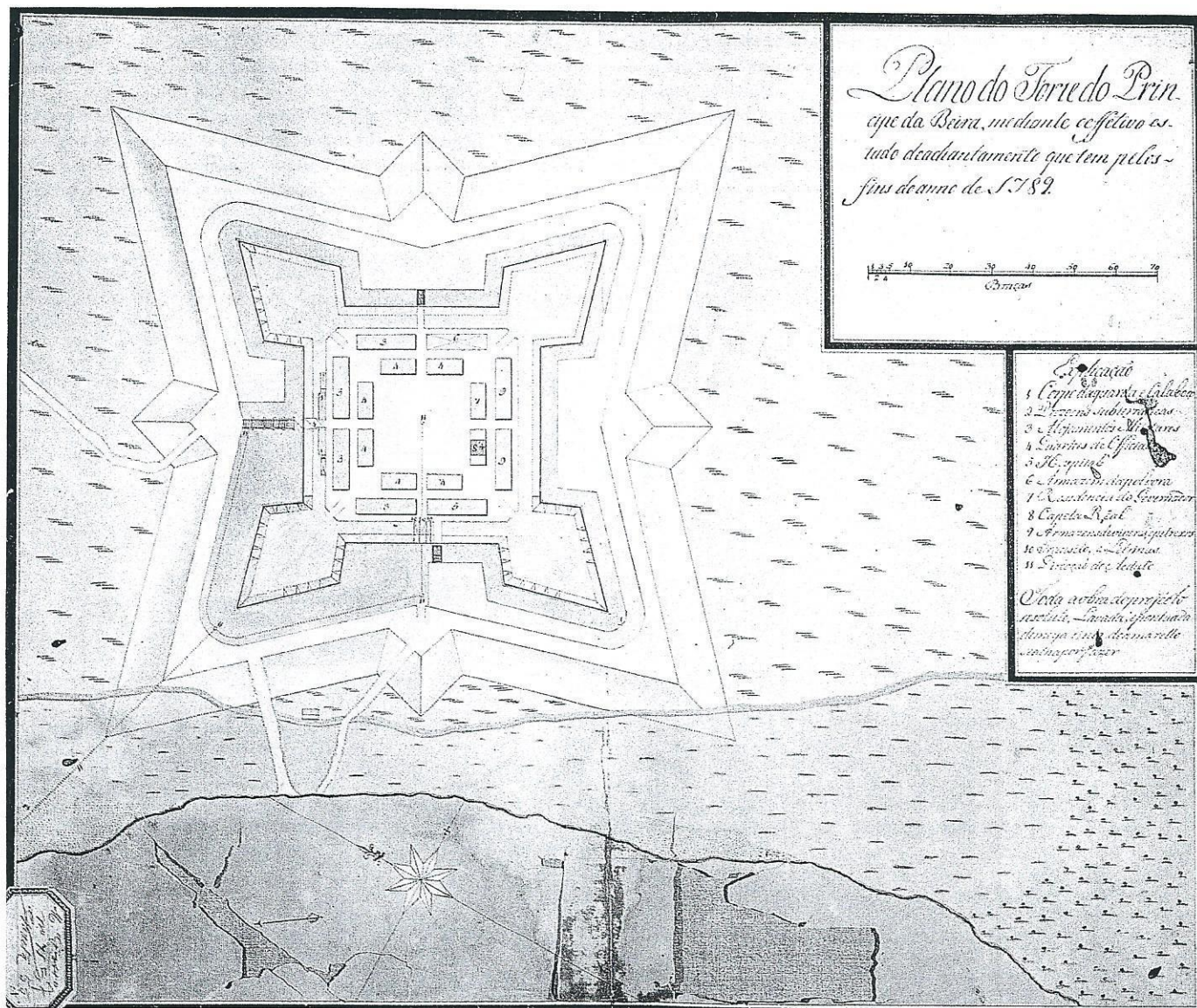
Nesta primeira fase do seu Governo, Luís de Albuquerque, autêntico «bota-de-sete-léguas» — como lhe chamaria Gilberto Freire²³ — percorreria toda a capitania, deixando do Mato Grosso um conjunto notável de levantamentos cartográficos²⁴.

A construção do Real Forte Príncipe da Beira

Do acervo do Arquivo dos Albuquerque, localizado na Casa da Insua (Castendo, Penalva do Castelo), publicou Gilberto Freire, na sua monografia biográfica dedicada a Luís de Albuquerque, um conjunto de documentação do maior interesse para a História do Forte Príncipe da Beira.

Dessa compilação salientemos o registo dos rascunhos das cartas enviadas por Sambuceti, maioritariamente constituído por correspondência dirigida a Luís de Albuquerque relatando minuciosamente os desenvolvimentos da primeira fase da construção da nova fortaleza.





Os limites cronológicos da referida série são, respectivamente, 27 de Abril de 1775 e 8 de Janeiro de 1777²⁵. Através da sua leitura podemos sentir o pulsar das obras desde o seu primeiro momento.

Sambuceti chega ao local seleccionado em Abril de 1775, instalando-se «nas casas que forão da preta Ana Moreira», que descreve como mal cobertas e escuras «por falta de janelas como costumam ser as casas que são dos pretos». Esta falta de luz não permitia ao engenheiro genovês escrever, pelo que improvisou vários escritórios de campanha «debaixo de umas larangeiras ou num pequeno alpendre que tem a frente das taes casas».

A correspondência de Sambuceti é muito rica nestes pormenores descritivos que lhe conferem um valor acrescido pela detalhada reconstituição do cenário das operações e pelo ambiente de pitoresca autenticidade que nos transmitem. Citemos, como exemplo, a notícia do início das obras:

«Em 19 do corrente com 27 pretos del Rey e 16 dos de Manoel de Souza Silveira neste lugar das obras tiverão ellas principio, cortando-se o mato na margem do rio e nas vizinhanças da minha morada, adonde tenho mandado levantar o meu quartel com o comodo destinado para o risco, por me parecer indispensável esta providência, pois não tenho abrigo, nem adonde escreva, muito menos adonde risque».

Os trabalhos iniciaram-se a 19 de Abril de 1775. As primeiras operações consistiram na limpeza do terreno através de «rossas» destinadas a eliminar árvores e outra vegetação mais densa, concluídas por «queimas». Após esta acção, Sambuceti passou a uma segunda fase destinada às medições do terreno, enquanto paralelamente se dava início à construção dos edifícios de apoio, «em primeiro lugar armazens e depois as mais acomodações», entre as quais os «quarteis».

O engenheiro genovês via-se confrontado com as habituais carências de mão-de-obra, escrava e especializada, utensilagem e matérias-primas para a construção. As solicitações para suprir estas faltas multiplicam-se nas suas cartas para Luís de Albuquerque, que desde Vila Bela superintendia a iniciativa:

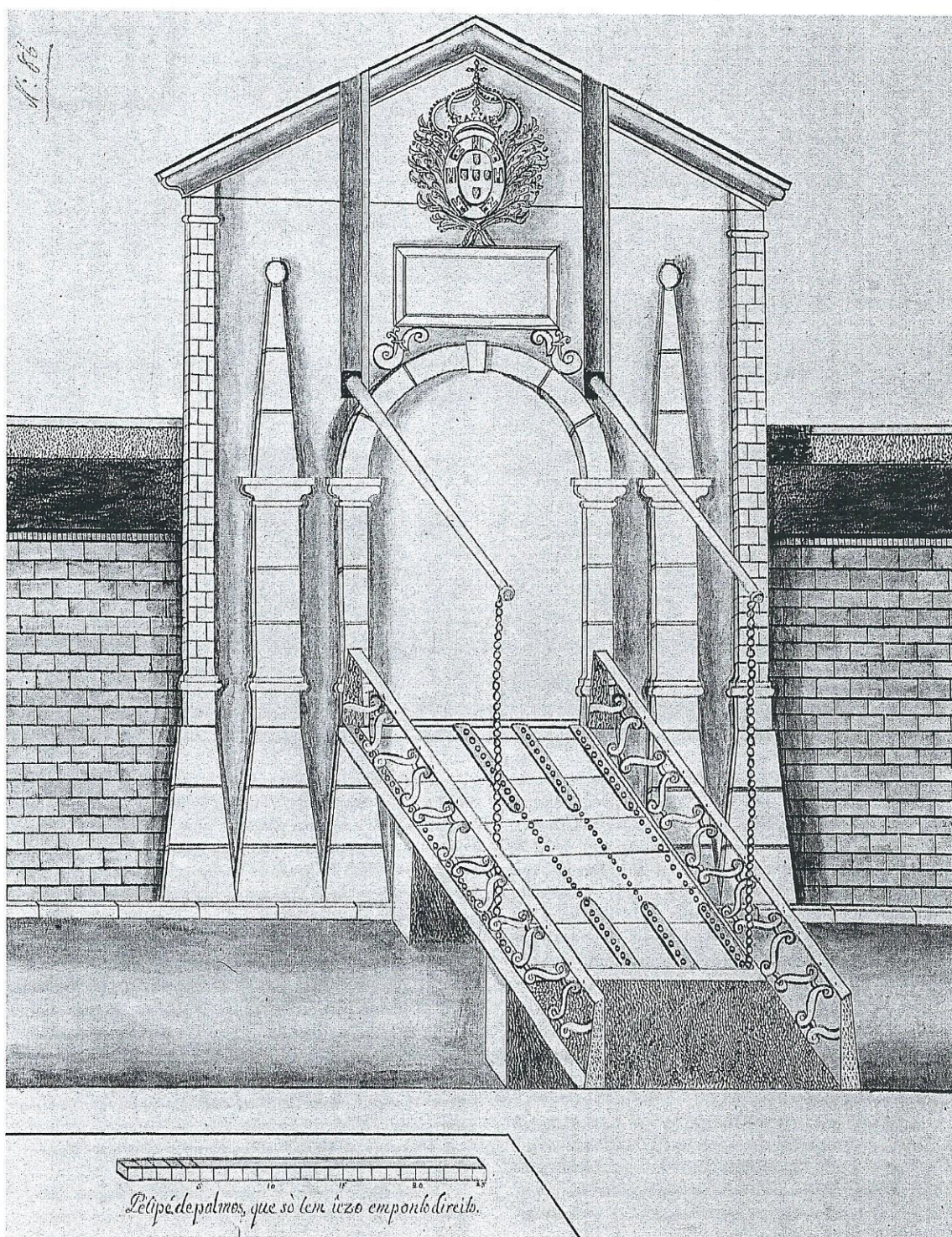
«Falando eu repetidas vezes com o tenente comandante sobre esta falta de carpinteiros, elle me tem desenganado, que aqui os não há; e nestes termos recorro a V.Ex.^a para que se sirva dar alguma providência, enviando ao menos dessa vila hum official capaz da construção destes edificios».

A empreitada prosseguia marcada pelas mais diversas dificuldades, entre as quais importa salientar as frequentes «seções», «achaques», «moléstias», «maleitas», etc., que a maior parte do con-

tingente sofria, diminuindo consideravelmente, nalguns períodos, a força de trabalho. Sambuceti não fugia a esta regra do quotidiano dos sertões do Mato Grosso infestados de mosquitos, responsáveis por epidemias fatais como a malária. No período descrito o engenheiro genovês adoeceu com gravidade por quatro vezes, acabando mesmo por falecer em data incerta no ano de 1777.

Luís de Albuquerque respeitava o engenho de Sambuceti, apoiando uma súplica sua dirigida ao Rei pedindo aumento de

vencimento²⁶. No referido documento Sambuceti, baseando-se nos seus sucessivos trabalhos e nas mercês dadas a outros engenheiros em acção no Brasil, de que dá o exemplo de Henrique Calluzio, director das obras da Praça do Macapá, solicita o aumento de posto «*com o soldo que se costuma vencer nesta Capitania de Minas, que vem a ser o dobro do que costumão vencer os Engenheiros no Pará*». Sambuceti ainda não se refere às obras do Príncipe da Beira mas apenas da «*honra que recebe em*



ser director de huns trabalhos de tanta importância nesta Capitania». Seria um documento do mesmo teor que nos permitiu traçar os principais passos do trajecto do engenheiro genovês no Brasil e que oportunamente divulgámos²⁷.

Ao longo da já referida correspondência, Luís de Albuquerque era informado dos obstáculos e progressos da empresa através de circunstanciados pontos de situação das várias tarefas que corriam simultâneas. Em 6 de Agosto de 1775 Sambuceti envia, finalmente, uma primeira planta do forte, iniciando-se no final desse mesmo mês as operações na pedreira vizinha:

«O primeiro trabalho que se deve executar na pedreira he alimparse o caminho do rio para que quando este estiver meio cheio possam ir as canoas ja conduzindo a pedra para estas obras. E enquanto não houver toda a ferramenta necessária se hira desmontando terra de sobre os bancos de pedra, e se transportará para o porto toda a que la se acha ja tirada».

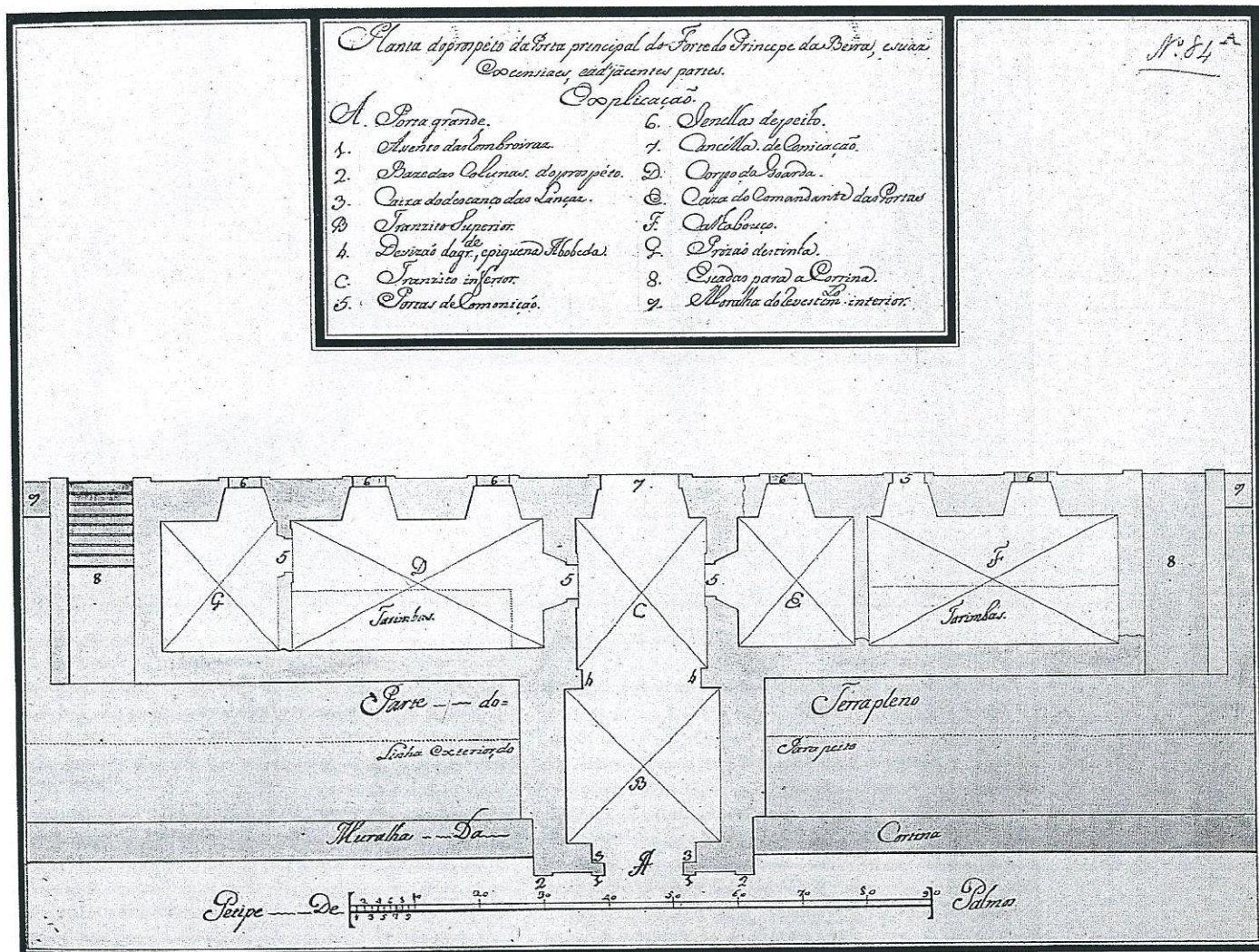
Os trabalhos dividiam-se entre a pedreira e o terreno destinado à fortaleza. Na primeira lavravam-se as pedras para a sapata e para os ângulos e cunhais principais do edificio, posteriormente transportadas de canoa para o local da construção. Aqui concluíam-se os edificios de apoio e criavam-se novas oficinas. Surgem no mapa da obra uma olaria e uma ferraria que permitiam a produção local de utensílios e materiais de acabamento. Entretanto, desenhava-se sobre o terreno a planta da fortificação, assinalando-

se todos os seus principais ângulos e dando-se início ao fosso delimitador junto ao baluarte aberto sobre o rio.

Em carta de 31 de Agosto de 1775, Sambuceti projectava já a data para a cerimónia do lançamento da primeira pedra da construção, propondo Maio ou Junho do ano seguinte. A previsão seria cumprida e o acto público realizar-se-ia a 20 de Junho de 1776, momento simbólico de que se registou o seguinte auto:

«Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e settenta e seis annos, aos vinte dias do corrente mez de Junho, vindo o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres a este lugar, situado na margem Oriental ou direita do rio Guaporé, desta Capitania, em distancia de mil braças pouco mais ou menos da antiga Fortaleza da Conceição; o qual logar tinha sido escolhido e aprovado pelo mesmo Senhor depois de circunspectamente o reconhecer ouvindo a varios engenheiros com particularidade ao Ajudante de Infantaria com o dicto exercicio Domingos Sambuceti, a quem pela sua intiligencia tem cometido a direcção principal das obras para nelle se fundar a outra nova Fortaleza, que Sua Magestade Ordenou, assim por estar livre das mayores excrecencias do dicto Rio, como porque o terreno he naturalmente o mais sólido e o mais acomodado em todos os sentidos que podia dezejar-se; ahi por Sua Excellencia foi pessoalmente lançada a primeira Pedra nos Alicerces...»²⁸.

No Arquivo Histórico Ultramarino conserva-se uma cópia do referido auto de fundação. Em documento anexo Luís de Albu-



pode ser que menos huma meya parte do que se esperava segundo os últimos cálculos que agora fiz».²⁹

Luís de Albuquerque dá-nos outras informações na sua correspondência para o Reino, que interessam simultaneamente à biografia de Sambuceti e às obras do Forte do Príncipe da Beira. Com data de 3 de Janeiro de 1777, referia-se nestes termos à carência de engenheiros na obra:

*«Na falta dos Engenheiros precizos, ou pelo menos praticantes habeis para assistirem nas diferentes inspecções que demanda tão importante construção, como sem dúvida he a do mencionado forte, tenho feito aplicar e instruir a dois officiaes inferiores de sofrível percepção nos Elementos de Geometria e de Mecânica demais essencial uzo e necessidade para logo hirem ajudando ao Director de trabalhos; (que sendo o Unico Engenheiro que tenho sem mayor graduação, que a de Ajudante, he na verdade bem inteligente) e me pensesse que mediante este recurso efectivamente senão experimentara nesta parte huma grande falta; senão for pelo que respecta a levantar alguns novos planos, ou a fazer alguns Desenhos asseados...»*³⁰

Domingos Sambuceti dá-nos um retrato bem mais pitoresco da situação, agradecendo ao Governador o envio do sargento Ignacio de Souza Nogueira, *«para a faculdade de engenheiro e serviço destas obras»* acrescentando: *«desde agora fica sendo huma das minhas obrigações em que farei gosto adiantalo na theoria a medida que se ira instruindo na pratica»*. Outro dos aspirantes a engenheiro seria o cabo de esquadra Felix Botelho de Queiroz, que em plena campanha se instrua com *«parte do primeiro livro de Euclides»*.

Através desta correspondência identificamos esses officiaes construtores, quase sempre anónimos: João Leme mestre carpinteiro; o mulato António, chamado *«o taipeiro»*; Narcizo, *«o negro que rouba»*; o Capitão Joaquim Lopes Poupino, intendente das obras; seu filho, igualmente candidato a aprender a ciência da engenharia; o soldado pedestre que se embriagara e agredira barbaramente um negro; os pedreiros Manoel Gomes (também africano e que morreria na obra), Nogueira (*«o melhor official que havia em Macapá»*) e Patrício António; Thomas Dias, o feitor *«que nunca adocece»*. Todos eles são exemplos doutros protagonistas que caracterizavam aquele quotidiano nos confins do sertão e que o tempo esqueceu. Um dia a dia duríssimo, condicionado por todo o tipo de dificuldades, das naturais tensões humanas à agressividade do clima, conferem à obra levantada uma dimensão mais monumental.

A última carta de Sambuceti para Luís de Albuquerque, datada de 8 de Janeiro de 1777, fazia o ponto da situação considerando o engenheiro genovês que se veria em breve *«executado o mais dificultoso da obra, com um baluarte acabado, uma cortina, a porta com os adjacentes aquartelamentos e aberto o fosso em roda da fortificação, ainda que com a largura de só quatro a cinco braças»*. *«Com tão bom princípio»* — concluía Sambuceti — *«com razão se poderá dizer ter V.Exª. conseguido a metade do trabalho»*.

Na mesma missiva, o engenheiro genovês requisitava a Luís de Albuquerque *«tres ampulhetas de meia hora, huma para estes serviços, outra para a pedreira e a 3ª de sobreexcelescente porque o relógio de Sol principalmente neste tempo de chuvas muitas vezes tem pouca serventia»*, um tempo que, ironicamente, lhe fugiria para assistir à conclusão dos trabalhos.

A notícia da morte de Domingos Sambuceti é-nos dada noutra carta de Luís de Albuquerque, de 12 de Setembro de 1777. Esta data e a da última carta citada constituem as margens temporais em que o engenheiro genovês, ao serviço da Coroa portuguesa, faleceu no Brasil: entre 8 de Janeiro e 12 de Setembro de

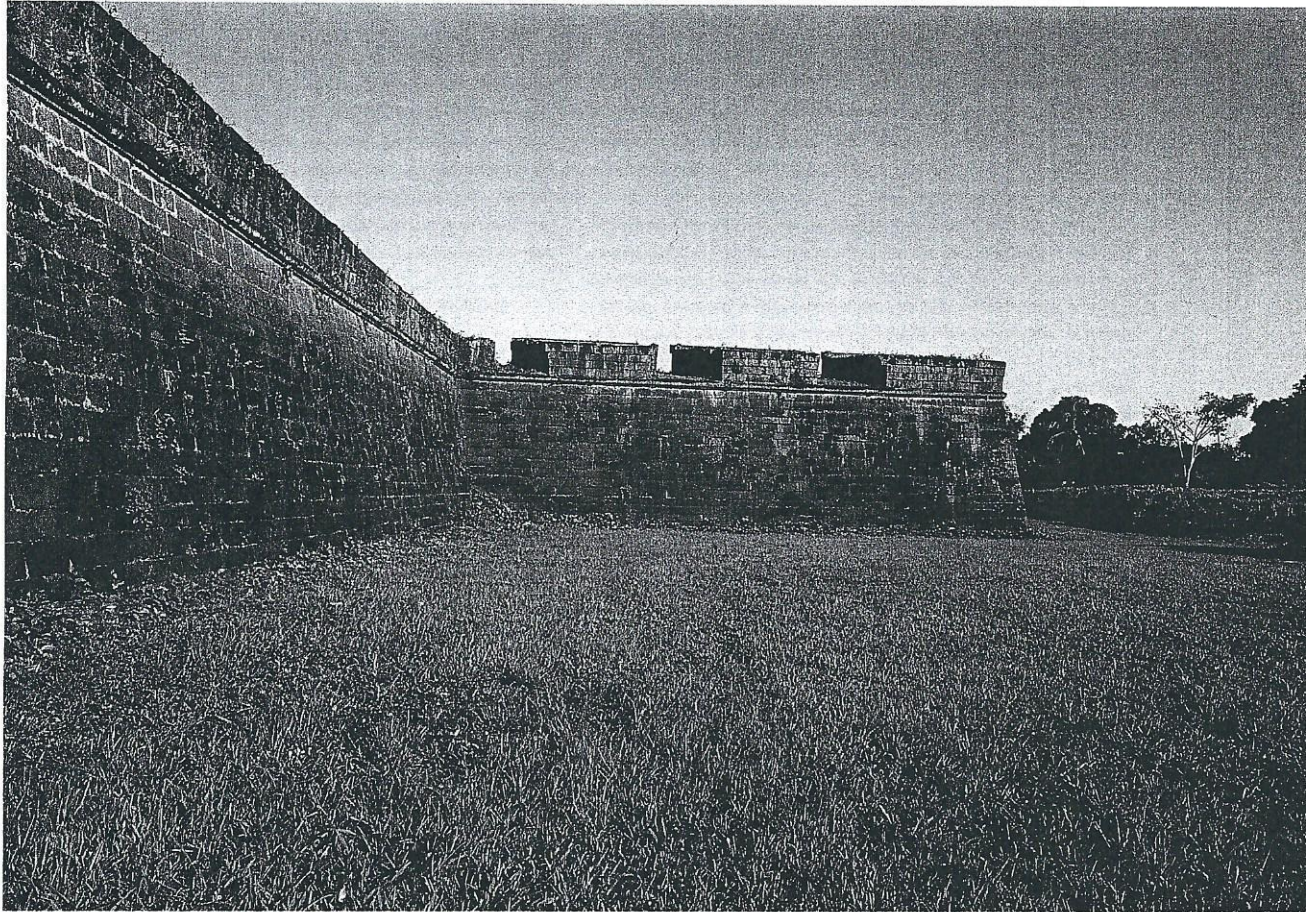
1777. Fixemos o testemunho definitivo do Governador do Mato Grosso:

*«A cazoalidade de terem falecido de doença os duos únicos officiaes Engenheiros que eu tinha nesta Capitania; a saber o Capitão Salvador Franco da Mota e o Ajudante Domingos Sambuceti, de que também dei conta na real Prezença; teria sem dúvida posto em hum grande embaraço as ditas obras enquanto não fossem substituidos aqueles officiaes, se eu mesmo não tomasse sobre mim o determinar e regular desde logo todos os profiz correspondentes, Elevaçoes e mais medidas e cálculos necessários, sobre o plano desta Fortaleza que primeiro havia projectado...»*³¹

Luís de Albuquerque chamava agora a si a execução da empresa que *«primeiro havia projectado»*.

Entretanto o clausulado do Tratado de Santo Ildefonso, no seu artigo XVIII, interditava a construção de fortalezas, registos ou guardas *«nos rios cuja navegação fosse comum às duas*





nações». A diplomacia dos limites condenava o prosseguimento da empreitada já, então, em fase decisiva. O Governador de Mato Grosso continuaria, todavia, a obra e 1783 é o ano consensualmente apontado para a conclusão do forte Príncipe da Beira. Porém, em 1789, os trabalhos ainda continuavam, embora restritos a construções interiores.

Gilberto Freire descreve o seu entusiástico promotor como um Governador gozando de enorme prestígio local. A riqueza carismática da personalidade de Luís de Albuquerque não se reduzia aos aspectos político-militares. O mesmo autor desvenda-nos uma Capitania com uma vida própria, cuja capital, Vila Bela, assistia a bailes de máscaras e récitas de poesia, representações de óperas e comédias, danças e banquetes, *Tedéus*, procissões e fogos de artifício. «Grandeza, esplendor, vida quase de corte», apenas comparável, na opinião do autor de *Casa Grande e Senzala*, à Manaus republicana.

O Brasil contemporâneo conservou o notável monumento militar dedicado ao Príncipe da Beira, hoje integrado no Estado da Rondônia. Desprovido da sua função estratégica primitiva, mantém, ainda hoje, o forte simbolismo do testemunho de uma Nação nascente em construção.

¹ Arquivo Histórico Ultramarino (A.H.U.), Mato Grosso, Caixa 30, Doc. 56, Carta relatório sobre a fronteira da Capitania enviada de Villa Bella do Mato Grosso pelo Capitão General Caetano Pinto de Miranda Montenegro em 29 de Dezembro de 1798. Ao longo deste artigo retomaremos algumas ideias já desenvolvidas noutros trabalhos sobretudo em Miguel Faria, «Ingegneria Militare Nel Brasile Settecentesco: Cartografia, Urbanismo e Fortificazione», in *Atti del Convegno internazionale di studi «La Costruzione di Un Nuovo Mondo» — Territorio città architettura tra Europa e America Latina dal XVI al XVIII secolo*, Genova, Sagep Editrice, 1994, pp. 201-226.

² Sobre a partilha de protagonismos no processo de ocupação de Mato Grosso veja-se o interessante artigo de David M. Davidson, «How the Brazilian west was won: freelance and state on the Mato Grosso frontier (1737-1752)», in *Colonial Roots of modern Brazil*, (ed. Dauril Alden), Los Angeles-London, University of California Press, 1973, pp. 61-64. Este artigo, embora referente a um período anterior ao que centralmente abordamos neste trabalho, reveste-se do maior interesse para um melhor conhecimento conjuntural da situação na região e foi-nos revelado num não menos interessante trabalho de Ângela Domingues intitulado «A Importância do Forte Príncipe da Beira na Estratégia de Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres» que se encontra, infelizmente, ainda em publicação. À referida autora agradecemos os elementos desinteressadamente disponibilizados.

³ Sobre Luís de Albuquerque, sua vida e o obra de veja-se, por exemplo, o trabalho de Gilberto Freire, *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luís de Albuquerque Governador do Mato Grosso no fim do século XVIII*, Lisboa, Academia Internacional de Cultura, 1960.

⁴ Veja-se o exemplo do «*novo aposento para os índios da aldeia de S. Miguel*», projecto executado em Dezembro de 1765 pelo Sargento-mor engenheiro José Mathias de Oliveira Rego, cuja planta se conserva no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Em carta enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 16 do mesmo mês, o Governador do Mato Grosso, João Pedro da Câmara, referia que a aldeia de S. Miguel era composta de índios, que no tempo da Guerra haviam passado da Missão Castelhana à parte portuguesa, ficando instalados nas proximidades do Destacamento militar de N.S. da Conceição, situação que gerou distúrbios com a respectiva guarnição atraída pelas índias e pelas plantações dos indígenas. Tais conflitos levaram a que a aldeia fosse mudada «para outro sítio rio acima, quatro leguas distante da primeira, de muito bons ares e largueza bastante». O projecto de Oliveira Rego destinava-se a esta nova aldeia.

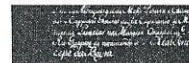
⁵ Gilberto Freire, *op.cit.*, vol. II, p. 167.

⁶ Idem, *Ibidem*, vol. II, pp. 171-172.

⁷ Veja-se, a propósito da importância estratégica dos rios na ocupação do Mato Grosso, David M. Davidson, *op.cit.*, pág. 66.

⁸ Gilberto Freire, *op.cit.*, vol. II, pp. 177-180.

⁹ Isa Adónias, *A Cartografia da Região Amazônica*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963, Vol. I, pp. 314-315.



¹⁰ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 18, doc. 37, de 20 de Novembro de 1778. Este documento contém o auto de fundação de Vila Maria do Paraguai.

¹¹ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 22, Doc. 19, de 2 de Janeiro de 1785.

¹² Veja-se supra documento citado nota 1.

¹³ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 13, Doc. 39, de 15 de Junho de 1769.

¹⁴ A.H.U., Cartografia Manuscrita, Mato Grosso, 852.

¹⁵ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 12, Doc. 46, de 10 de Outubro de 1765. «A obra vai caminhando com lentidão, por falta de Pedreiros e estarem estes poucos, que há, quase sempre doentes pela má qualidade do clima».

¹⁶ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 12, Doc. 60, de 10 de Fevereiro de 1766. Relatava ainda João Pedro da Câmara: «Apesar dos maiores obstáculos da falta de materiais e de pedreiros, que fiz de todas as partes da Capitania, tive a felicidade de concluir a obra, no modo possível de pedra, paos, e terra, ficando bastantemente forte e defensável como confessarão os Castelhanos quando a vierão reconhecer. A sua fabrica, he conforme a planta que já remetti a V. Ex^a, ainda que depois achei conveniente mandar-lhe fazer mais um Baluarte para a face do Rio».

¹⁷ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 15, Doc. 2, de 18 de Junho de 1771.

¹⁸ Documento em anexo ao citado na nota anterior.

¹⁹ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 15, Doc. 38.

²⁰ Em anexo ao documento citado na nota anterior.

²¹ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 15, Doc. 38, Anexo.

²² A.H.U., Mato Grosso, Cx. 16, Doc. 9, de 14 de Fevereiro de 1774. Numa outra carta, datada de 3 de Março de 1774, Luís de Albuquerque dá-nos conta da escolha definitiva do espaço, reconhecido *in loco* pelo próprio Capitão-General, onde de imediato testou a viabilidade do projecto. Cf. Gilberto Freire, *op.cit.*, vol. II, p. 160.

²³ Idem, *Ibidem*, vol. I, p. 165.

²⁴ Veja-se, por exemplo, a este propósito, Sousa Viterbo, *Expedições científico-militares enviadas ao Brasil*. Coordenação, aditamentos e introdução de Jorge Faro, Lisboa, Edições Panorama, 1962, pp. 70-78.

²⁵ Gilberto Freire, *op.cit.*, vol. II, pp. 91 a 135. Freire não identifica precisamente o autor das cartas, classificando-as como «possivelmente da autoria do director das obras». Não temos dúvida, à luz de outros documentos que oportunamente revelámos (veja-se supra *op.cit.*, nota 1) de as atribuir a engenheiro genovês Sambuceti.

²⁶ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 16, Doc. 28, de 30 de Setembro de 1774. «Este Oficial [Sambuceti] he bastante abil e tem huma muito ampla instrução ainda sobre os conhecimentos mais abstratos que demanda a profissão d'hum Engenheiro, e sem embargo que o conheço de pouco tempo, como já precedentemente tinha vindo a esta mesma Capitania também com ocasião do mesmo Real servisso, geralmente se me communicam aqui muito boas noticias da sua conduta».

²⁷ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 16, Doc. 45, de 19 de Maio de 1775. Cf. Miguel Faria, *op.cit.*, p. 225. Este documento contém vários outros anexos formando um verdadeiro processo sobre Domingos Sambuceti, entre os quais a certidão trasladada dos Livros da Fazenda Real da patente de Ajudante de Infantaria com exercício de Engenheiro de Domingos Sambuceti a seu pedido (19 de Novembro de 1756) referente à expedição das demarcações: «... por avizo da secretaria de Estado da repartição dos Negócios do reino de 28 do dito mês de Junho, prove-se a D.Samb. no posto de Ajudante de Infantaria com o exercício de Engenheiro com o soldo de vinte mil reis por mês na forma que o vencem os mais engenheiros estrangeiros...». Inclui, ainda, uma atestação de Luís Pinto de Sousa Coutinho, Governador de Mato Grosso (1 de Agosto de 1772) e outra atestação e certificado de João Pereira Caldas do Pará (19 de Maio de 1775) que identifica Sambuceti como autor «do alinhar do terreno» em que se estabeleceu a vila de Mazagão. De referir, ainda, uma ordem de 12 de Abril de 1762 em que se nomeava Sambuceti para substituir o sargento-mor Gaspar João Gerardo Gronfelds na reedificação da fortaleza de Gurupá.

²⁸ O auto de fundação do Forte do Príncipe da Beira referido foi já publicado por José Maria de Sousa Nunes, *Real Forte Príncipe da Beira*, Salvador, 1985, pág.150, trabalho que inclui um acervo iconográfico fundamental para o período e área geográfica em análise, sobretudo proveniente da Casa da Insua.

²⁹ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 17, Doc. 10, de 22 de Junho de 1776.

³⁰ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 17, Doc. 26, de 3 de Janeiro de 1777.

³¹ A.H.U., Mato Grosso, Cx. 17, Doc. 48, de 12 de Setembro de 1777.

